



INVESTIGANDO OS DISCURSOS DE ALGUNS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA DA REGIÃO SUL DO RS SOBRE DIVERSIDADE E GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR

Fabiane Lopes Teixeira¹
Álvaro Moreira Hypolito²

Introdução

Este texto visa a relatar brevemente minha proposta de tese de doutorado por acreditar que as discussões e problematizações que dela possam surgir mostram-se pertinentes nas atuais configurações sociais em que estamos vivendo. Buscarei situar os caminhos que venho percorrendo para a construção desse objeto de pesquisa.

Comecei a traçar esses caminhos na incursão pelo contexto escolar, onde fui me constituindo como aluna e professora. Como professora, pude vivenciar momentos de aprendizado, reflexões e indagações. Das indagações, surgiu a vontade de problematizar e desestabilizar os significados atribuídos às questões relacionadas aos corpos, aos gêneros e às sexualidades, principalmente com intuito de analisar as práticas e os discursos direcionados aos/às adolescentes e que contribuía/m/contribuem para a constituição de suas identidades. A partir daí, comecei a constituir-me como pesquisadora. Adentrar no campo da sexualidade implicou adentrar, também, no campo das relações de gênero e da construção dos corpos³ - no caso da minha Dissertação, de corpos adolescentes. Para Louro (2006, p.6), “[...] a identificação ou a nomeação de um corpo se dá, certamente, no contexto de uma cultura, por meio das linguagens que esta cultura dispõe e, deve-se supor, atravessada pelos valores que tal cultura adota”. Isso implica dizer que essa questão se enraíza e se constitui nas instituições, nas normas, nos discursos, nas práticas que circulam e vão constituindo a nossa sociedade. Abordar essa perspectiva implicou discutir e refletir a respeito da sexualidade como uma construção histórica e cultural que, ao correlacionar comportamentos, linguagens, representações, crenças, identidades, posturas, vai inscrevendo tais construtos nos corpos dos sujeitos através de estratégias de poder/saber sobre os sexos.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas – FAE/UFPEL. E-mail: fabilteixeira@hotmail.com.

² Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação – FAE/UFPEL.

³ Embora existam pontos de fricção entre as várias correntes dos estudos de gênero e de sexualidade, parto do entendimento da construção social do corpo, ou seja, do entendimento de que o corpo só se torna inteligível no âmbito da cultura e da linguagem (LOURO, 2006).



Acredito que as formas de se viver as sexualidades, de experimentar prazeres e desejos precisam ser compreendidas não apenas como questões individuais, mas muito mais como questões de uma sociedade e de uma cultura. É relevante refletir sobre as possibilidades e impossibilidades que essa sociedade e essa cultura impõem aos sujeitos; refletir sobre os modos como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças, etnias, classes nas suas formas de experimentar desejos e prazeres; refletir sobre como esses sujeitos respondem a esses desejos, sobre que práticas acionam para se constituírem como homens e mulheres de uma determinada sexualidade.

A fim de problematizar temas e situações que emergem no espaço escolar, minha pesquisa de Mestrado teve por objetivo refletir sobre a construção de identidades juvenis, a partir do dispositivo da sexualidade. Para tal, analisei narrativas produzidas por um grupo de alunos/as de oitava série de uma escola pública municipal de Rio Grande, partindo de algumas questões norteadoras tais como os/as adolescentes têm vivenciado a sua sexualidade, como vão percebendo/marcando seu corpo e como vão construindo, dentre suas possibilidades identitárias, suas identidades de gênero.

Meu movimento em direção à construção desse objeto de pesquisa partiu de inquietações profissionais sobre algumas práticas escolares e alguns discursos sobre as sexualidades direcionados/as aos/as alunos/as considerados adolescentes; sendo assim, minhas vivências foram sendo (re)significadas e me fizeram adentrar no campo da pesquisa e produzir o objeto do estudo a partir de uma reflexão sobre a construção social da identidade juvenil e de uma aproximação com o campo dos Estudos Culturais, nas suas vertentes pós-estruturalistas.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, pude dialogar com autores e autoras que concebem o currículo como um campo de luta em torno da significação e da identidade, em que currículo e conhecimento são compreendidos como campos culturais disputados por diferentes grupos que tentam impor sua hegemonia. E, já que a instituição de um currículo bem como o seu conteúdo são invenções sociais, foi preciso analisar as relações de poder imbricadas nessa construção, entendendo o que nos faz definir o currículo tal como é e o porquê da inclusão/exclusão de certos conteúdos no mesmo.

É preciso considerar que o currículo, tal como a linguagem, não é um meio transparente, mas devemos considerá-lo como representação: um local onde circulam signos, mas também onde os mesmos são constantemente produzidos, um local onde o conhecimento não é a mera transcrição do *real* e sim a forma de transcrição da *realidade* é que é fixada como real (SILVA, 2003, p.64-65).



O currículo tem a ver com a visão que a escola tem da realidade, ou seja, resulta de escolhas feitas pelos sujeitos que o organizam com base em conhecimentos e saberes considerados importantes. Sendo assim, é necessário não apenas verificar o porquê de certos conhecimentos serem ensinados e não outros, mas quais foram as intencionalidades que levaram a essas escolhas. Segundo Silva, “um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão “seguir” aquele currículo” (2007, p.15), sendo assim a seleção de conteúdos nunca é neutra, ela implica em escolhas que estão relacionadas ao próprio processo de constituição dos sujeitos, ao tipo de sujeito que a sociedade pretende formar, a um modelo *normalizador* que se quer alcançar.

Ao focar a Sexualidade, fui me aproximando de algumas proposições de Foucault, tais como as relações de poder exercidas pelas instituições na determinação dos significados atribuídos à sexualidade na sociedade, bem como a inscrição de determinada sexualidade nos corpos dos sujeitos. Sendo assim, pôde ser problematizada a identidade e a diferença na escola e como práticas, discursos e normas vão construindo o que é normal e o que é anormal, educando o corpo e produzindo meios legítimos de experimentar o gênero e a sexualidade.

Ao escolher a Sexualidade como tema de pesquisa e as narrativas produzidas pelos/as alunos/as adolescentes, material de investigação, simultaneamente outras questões foram se apresentando, tais como corpo, gênero, norma, mídia, identidade, diferença. Precisei realizar a difícil tarefa em escolher algumas dessas questões e, com certeza, deixar muitas outras de fora, além de, no decorrer da pesquisa, não ter como dar conta de tantas outras questões que iam surgindo.

Ao final da minha pesquisa de Mestrado, pude perceber como as instituições sociais e as diversas pedagogias culturais⁴ vêm produzindo representações de corpos adolescentes através de valores, imagens, sentidos e vão interpelando-os e, dessa forma, (re)significando o processo de fabricação dessas identidades. Esses marcadores identitários vêm inscrevendo, nesses corpos, modos de ser e de viver tanto a adolescência quanto a sexualidade na contemporaneidade. Sendo assim, foi possível perceber que a partir dessas práticas discursivas, a sexualidade funciona como um dispositivo histórico e contribui para a subjetivação das identidades adolescentes.

A partir das primeiras conclusões (que suscitaram muitas outras indagações) e dentre as questões que foram emergindo durante minha pesquisa – e que considero ter deixado “de fora” - diz respeito aos discursos dos/as profissionais da educação sobre as questões relativas à sexualidade e às relações de gênero na escola, principalmente no que se refere ao campo da igualdade de gênero;

⁴ Tomo aqui pedagogia cultural, na perspectiva dos Estudos Culturais, como todo e qualquer dispositivo cultural ou instituição – tal como a escola, a mídia, as revistas, a moda, a música, o cinema – que estejam envolvidos, em conexão com relações de poder, na transmissão de valores e de atitudes aos sujeitos (SILVA, 2000).



da diversidade sexual, de raça e de etnia; do enfrentamento ao sexismo e à homofobia e da defesa dos direitos reprodutivos dos alunos e alunas. Sendo assim, surge a necessidade de poder realizar uma análise de como esses/essas profissionais vêm lidando com essas questões.

Segundo Ribeiro (2008) é preciso discutir e problematizar juntamente com os/as profissionais da educação as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades, pois essas temáticas são de extrema importância e relevância na sociedade, já que a escola enquanto instituição social tem mantido essas questões à margem do currículo por serem entendidas como de âmbito privado ou, quando faladas, são abordadas de forma determinista e essencialista. Os/as educadores/as, ao introduzirem essas temáticas em suas práticas pedagógicas, problematizando-as, estariam contribuindo para a superação do preconceito, da violência, da homofobia e contribuindo para o respeito e a valorização das diversidades sexuais, raciais, étnicas, de gêneros e da orientação afetivo-sexual. Nesse sentido, busco direcionar o foco da pesquisa para os discursos desses/as profissionais, a fim de perceber como essas temáticas têm sido trabalhadas no espaço escolar.

No atual cenário globalizado, caracterizado como um cenário da informação, as aprendizagens precisam deslocar-se do contexto escolar e avançar para um contexto muito mais amplo, abarcado pela mídia eletrônica de massa, um contexto chamado cibernético que, com certeza, está contribuindo, e muito, na (re)produção das identidades e das práticas culturais contemporâneas. O aumento vertiginoso e a rapidez com que se dá a produção de conhecimento no mundo contemporâneo nos impõem pensar a escola e a formação de professores/as como ambientes de ensino e aprendizagem voltados às novas demandas impostas para a vida em sociedade.

A formação continuada de professores/as apresenta-se como imprescindível para a melhoria da qualidade do ensino e acredito que a incorporação de inovações tecnológicas pode contribuir para essa melhoria. Entretanto, a simples presença de novas tecnologias não garante, por si só, um ensino de qualidade; o uso da tecnologia deve servir para enriquecer o ambiente educativo, propiciando um ensino dinâmico, criativo, construtivo e interativo entre alunos/as e professores/as.

Sendo assim, acredito que a escola tem um papel importante na discussão dessas temáticas e todos os projetos que promovem discussões entre os/as educadores/as contribuem, e muito, para a inclusão social e para a superação de desigualdades sociais. Com o intuito de analisar os discursos produzidos por alguns/algumas profissionais da educação, a partir de um Curso de Aperfeiçoamento a Distância intitulado Gênero e Diversidade na Escola (SECAD/MEC), cujo objetivo é oferecer aos profissionais da educação básica da rede pública da região sul do Rio Grande do Sul conhecimentos acerca da promoção, respeito e valorização da diversidade étnico-



racial, de orientação sexual e identidade de gênero, colaborando para o enfrentamento da violência sexista, étnico-racial e homofóbica no âmbito das escolas, trago esta proposta por considerá-la relevante como pesquisa de doutorado.

Como surgiu o objeto de pesquisa

Desde 2008, o Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) - que é resultado de uma articulação inicial entre os diversos ministérios do Governo Brasileiro (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial e o Ministério da Educação), British Council (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) - representa uma experiência inédita de formação de profissionais de educação a distância nas temáticas de gênero e é oferecido por meio de edital da SECAD/MEC para todas as Instituições Públicas de Ensino Superior do país que queiram oferecer o curso pelo Sistema da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Assim, o GDE passou a integrar a Rede de Educação para a Diversidade no âmbito do Ministério da Educação – MEC que visa a implementação de um programa de oferta de cursos de formação para professores/as e profissionais da educação para a diversidade.

Sua versão piloto foi inicialmente oferecida no ano de 2006 em seis municípios (Porto Velho, Salvador, Maringá, Dourados, Niterói e Nova Iguaçu) com um total de 1.200 vagas. Neste ano, o GDE foi oferecido novamente por meio de edital da SECAD/MEC e está sendo ofertado pela FURG (Universidade Federal de Rio Grande) através do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE⁵, coordenado pela Prof^a Dra. Paula Regina Costa Ribeiro.

O Curso GDE prevê sua abrangência circunscrita ao litoral sul do Rio Grande do Sul, sendo que os polos atendidos estão localizados nos municípios de Mostardas, Santa Vitória do Palmar,

⁵ O GESE começou a desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, no ano de 2000. A partir desse ano, o Grupo vem realizando projetos de pesquisa com apoio do CNPq e Fapergs. Desde o ano de 2003 são oferecidos a professores/as do município de Rio Grande e licenciandos/as da FURG cursos de extensão. Além disso, o Grupo vem desenvolvendo ações com os Grupos de Pesquisa Estudos da Corporeidade e o Grupo Enfermagem Gênero e Sociedade, da FURG e os Grupos Estudos em Educação e Ciências e Estudos sobre Corpo e Cultura, da UFRGS. Uma das ações promovidas em conjunto foi o I, II, III e IV Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade. Um dos integrantes do GESE, Felipe Bruno Martins Fernandes, participou da elaboração e aprovação da 1ª Lei (Nº 6.257) que instituiu o Dia Municipal de Combate à Homofobia em Rio Grande. O GESE também participa, desde 2006, do grupo gestor de implementação do projeto “Saúde e Prevenção na Escola”. No ano de 2006, o grupo teve aprovado o projeto Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis do currículo escolar e, em 2007, o projeto Sexualidade e Escola: discutindo práticas educativas e em 2009 o projeto Sexualidade e Escola: discutindo a diversidade sexual, o enfrentamento ao sexismo e a homofobia, nos editais para seleção de Projetos de Formação de Profissionais da Educação para a Promoção da Cultura de Reconhecimento da Diversidade Sexual e da Igualdade de Gênero (MEC/SECAD), bem como produzido vários materiais didático-pedagógicos.



Santo Antônio da Patrulha e São Lourenço do Sul. As tematizações propostas para o curso trazem para debate dimensões do humano e dos seus modos de viver que ganharam centralidade nas modernas sociedades ocidentais.

Como professora, percebo os discursos hegemônicos presentes nas escolas e em outras instituições sociais sobre sexualidade, diversidade e relações de gênero, portanto, considero ser necessário refletir sobre essas temáticas na formação continuada dos/as profissionais da educação, de forma que esses/as possam discutir e questionar os diversos discursos e práticas sobre algumas questões centrais no estudo da sexualidade. Como integrante do GESE e tutora no GDE, surge a motivação de analisar os discursos produzidos por esses/as profissionais acerca dessas questões.

Referenciais teóricos

Este estudo pretende estabelecer algumas conexões com os Estudos Culturais nas suas vertentes pós-estruturalistas, além de se aproximar de algumas proposições de Michel Foucault.

O abandono da visão moderna do alcance de *uma verdade* capaz de fundamentar todas as ações e pensamentos bem como adotar formas mais críticas e mais cautelosas de posicionar-se frente ao que tem sido dito sobre ela é o que propõe os Estudos Culturais, principalmente em suas vertentes pós-estruturalistas (WORTMANN e VEIGA-NETO, 2001). É preciso considerar que o *mundo real* é construído simbólica e discursivamente a partir de circunstâncias históricas, econômicas e outras; os Estudos Culturais trouxeram aportes ricos e mais potentes que permitiram investigar sobre que condições – que são sempre sociais, culturais, representacionais – esse mundo real é representado (idem, 2001, p.115).

Para Louro (2006), quando se fala em sexualidade é comum estar-se ancorado no determinismo biológico, onde há a aceitação de uma matriz biológica constituindo a origem da sexualidade, ou seja, a concepção de que o sexo inscrito nos corpos determinaria a vivência de suas sexualidades. No entanto, as perspectivas construcionistas opõem-se às perspectivas essencialistas e consideram que a sexualidade supõe ou implica muito mais do que corpos, pois envolvem fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos e representações mobilizados em expressar desejos e prazeres dos sujeitos. A partir daí, assume-se uma aproximação com as proposições foucaultianas de que a sexualidade é um dispositivo histórico e que não devemos considerá-la como um dado da natureza, nem mesmo como uma ameaça ao poder ou como um domínio a ser desvendado pelo saber; ela está posta em discurso nas instituições e, com isso, o dito e o não dito são elementos essenciais desse dispositivo (FOUCAULT, 1997).



Ao situarmos os corpos, os gêneros e as sexualidades no âmbito das culturas e das linguagens, mostra-se necessário compreendê-los, também, implicados em relações de poder. Para Foucault (2007), o poder não pode ser tomado como uma matriz geral, como uma oposição binária entre dominantes e dominados; é preciso considerá-lo como produtivo e que ele se dá a partir de muitos pontos e em várias direções. Sendo assim, não podemos observar apenas campos nos quais o poder se reflete ou se produz, mas campos nos quais o poder se exercita, por onde ele passa e onde o poder se faz (LOURO, 2006). Ao traçar a história da sexualidade, Foucault (1997) não pretendeu traçar um panorama dos comportamentos sexuais das civilizações, mas quis analisar os mecanismos de poder utilizados pela sociedade e mostrar que, através deles, o sexo sempre foi ligado à verdade e a sexualidade foi sendo construída a partir desses mecanismos.

As proposições de Foucault levaram-me a pensar que ainda hoje, na escola, especialmente a partir das questões que emergiram com o aparecimento da AIDS, é possível ver o funcionamento de tecnologias direcionadas ao controle da sexualidade da população, através de mecanismos de poder/saber como os projetos de educação sexual e os Parâmetros Curriculares Nacionais – Eixo Orientação Sexual. No espaço escolar atuam distintas tecnologias de inscrição e controle da sexualidade dos/as alunos/as: as tecnologias regulamentadoras (vídeos, palestras) dos processos biológicos como as DST, a AIDS, a gravidez, direcionadas aos grupos de jovens/crianças, de pais, de professores/as, como também as tecnologias disciplinares (nomeações, conversas individuais, transferências) que de maneira invisível marcam/vigiam o comportamento dos alunos/as. Assim, essas tecnologias articulam-se e inscrevem a sexualidade dos/as alunos/as; os discursos e as práticas em torno da sexualidade produzem efeitos tanto individuais nos corpos, nas identidades sexuais e de gênero dos alunos/as, como regulamentadores de processos biosociais, como a transmissão das DST, da AIDS e o controle da gravidez. Os efeitos desses investimentos nos corpos e na maneira de viver das pessoas, assim como a maneira como a sociedade lida com as pessoas conforme o enquadramento da sua sexualidade, incluindo/excluindo – heterossexual/homossexual, puro/impuro, masculino/feminino, saudável/doente, família nuclear/outras configurações familiares –, tornam relevante pensar sobre o funcionamento de tais mecanismos nas práticas escolares.

Resultados esperados



Espero que este estudo apresente informações relevantes à comunidade científica sobre as questões relativas aos corpos, gêneros e sexualidades. Considero a questão da sexualidade nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, uma temática emergente, e a oportunidade de discussões das mesmas por profissionais da rede pública - como a ofertada pelo GDE - é de suma importância para a construção de ações conjuntas no combate a todo e qualquer ato discriminatório ou homofóbico nas escolas.

Referências

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 12.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. **Microfísica do poder**. 23.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. In: **Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, MG, 15-18/out/2006.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Inscrevendo a sexualidade**: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RIBEIRO, Paula Regina Costa Ribeiro et al. **Educação e Sexualidade**: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, preconceito, homofobia ... Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação** – um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WORTMANN, Maria Lucia Castagna, VEIGA-NETO, Alfredo. **Estudos culturais da ciência & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.